



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682530 - TO (2021/0233651-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : SEBASTIANA PANTOJA DAL MOLIN
ADVOGADO : SEBASTIANA PANTOJA DAL MOLIN - TO000659
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : ARISTINO DE CASTRO PEREIRA (PRESO)
CORRÉU : EURIDES DA SILVA MIRANDA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ARISTINO DE CASTRO PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (HC n. 0007130-33.2021.8.27.2700).

O paciente foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, incisos I (ameaça exercida com emprego de arma de fogo) e II (concurso de pessoas), do Código Penal.

A impetrante narra que foi decretada a prisão preventiva do paciente em 3/3/2020, uma vez que não foi encontrado quando da citação pessoal, o que tornou necessário a sua citação por edital, mas, ao final do prazo da publicação, ele não compareceu. Diante disso o juiz determinou a suspensão do processo e decretou a sua prisão preventiva.

Requer, liminarmente, a revogação do decreto de segregação cautelar com fundamento no art. 5º, Incisos LXV, LXVIII e LXXVIII da Constituição Federal. No mérito a concessão da ordem, impondo-se ao paciente, se for o caso, medidas alternativas menos gravosas apostas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque o acórdão impugnado consignou que (fls. 20-21):

EMENTA: HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. ART. 157, § 2º, INCISOS I E II, DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PROVA DA MATERIALIDADE. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 312 e 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

1. Presente nos autos provas da materialidade e indícios suficientes de autoria (fumus commissi delicti), bem como os requisitos preconizados nos artigos 312 (periculum libertatis) e 313 do Código de Processo Penal. (condição de admissibilidade), não há que se falar em ausência de contemporaneidade da prisão e por consecutivo em constrangimento ilegal.

2. *Verifica-se, que a decisão que manteve a prisão cautelar encontra-se devidamente fundamentada, em observância ao art. 93, IX, da CF, bem como atende ao disposto no art. 315, § 1º, do CPP, a qual foi mantida por garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, em razão da reiteração delitiva do paciente enquanto permaneceu foragido do ano 2000 até 2021.3. Assim, reveste-se de legalidade a decisão que mantém a segregação cautelar do paciente, quando presentes as circunstâncias autorizadoras da prisão preventiva.*

4. *Preenchida também a condição de admissibilidade da prisão preventiva, prevista no inciso I, do art. 313, do Código de Processo Penal, uma vez que a conduta em tese praticada é punida com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.*

MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. ARTIGO 319 DO CPP. INSUFICIÊNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA, NO CASO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. ARGUMENTO IMPROCEDENTE.

5. *Indevida a aplicação das medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP, quando a segregação se encontra justificada e mostra-se necessária, como no caso.*

6. *Eventuais condições pessoais favoráveis não possuem o condão de, isoladamente, obstar a segregação cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da medida extrema.*

7. *Registra-se, outrossim, que a segregação mantida não infringirá o princípio constitucional da presunção de inocência, por ter caráter meramente cautelar e se justificar, obviamente, pela presença dos requisitos legais.*

8. *Ordem denegada.*

Considerando, assim, que os pedidos se confundem com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência